

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstrações financeiras
consolidadas do conglomerado
prudencial em 31 de dezembro de
2017**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	4
Balço patrimonial - conglomerado prudencial	8
Demonstração do resultado - conglomerado prudencial	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - conglomerado prudencial	10
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto - conglomerado prudencial	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à apreciação de V.S^{as} as Demonstrações financeiras Consolidadas - Conglomerado Prudencial, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras .

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram distribuídos dividendos referente lucros acumulados em períodos anteriores no montante de R\$ 33 milhões (R\$ 13 milhões em 2016).

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido do conglomerado prudencial ao final do exercício é R\$ 283.807 milhões (R\$ 259.541 milhões em 2016).

O lucro dos exercícios é R\$ 66.406 milhões (R\$ 25.351 milhões em 2016).

São Paulo, 12 de Abril de 2018.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Diretores da
OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição Líder do Conglomerado)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação a Financeira e suas entidades consolidadas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo



Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A OMNI S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 02 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira e suas controladas ou cessar suas



operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanco patrimonial - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		1.819.764	1.638.230	Circulante		1.154.463	854.014
Disponibilidades	4	6.161	6.616	Depósitos	13	242.159	136.991
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	208.572	164.092	Depósitos à vista		8	-
Aplicações no mercado aberto		208.572	158.080	Depósitos interfinanceiros		-	3.468
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	6.012	Depósitos a prazo		242.151	133.523
Títulos e valores mobiliários	6	4.953	62.148	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	649.712	414.983
Carteira própria		4.368	61.508	Recursos de aceites cambiais		649.712	414.983
Vinculados à prestação de garantias		585	640	Outras obrigações	262.592	302.040	
Operações de crédito	8	1.196.451	1.056.247	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.164	928
Sector privado		1.491.894	1.098.400	Fiscais e previdenciárias		46.484	49.831
Operações de crédito vinculadas a cessão		2.012	253.210	Obrigações por cotas de fundos de investimentos		2.300	133.029
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(297.455)	(295.363)	Diversas	15	204.087	109.615
Operações de arrendamento mercantil	9	(1.384)	(335)	Credeiros por antecipação de valor residual		8.557	8.637
Arrendamento mercantil a receber - sector privado		2.828	4.403	Exigível a longo prazo		1.137.991	1.214.816
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(2.668)	(4.133)	Depósitos	13	428.171	375.764
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(1.544)	(605)	Depósitos a prazo		428.171	375.764
Outros créditos	10	382.159	315.249	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	479.183	741.016
Diversos		384.878	316.801	Recursos de aceites cambiais		479.183	741.016
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(2.719)	(1.552)	Outras obrigações	230.637	98.036	
Outros valores e bens		22.852	34.213	Letras financeiras subordinadas		103.828	91.307
Bens não destinados a uso	11a	4.516	3.906	Credeiros por antecipação de valor residual		7.239	6.729
Provisões para desvalorização	11a	(1.310)	(1.446)	Diversas	15	119.570	-
Despesas antecipadas	11b	19.646	31.753	Resultado de exercícios futuros		3.220	3.287
Realizável a longo prazo		729.109	657.445	Resultado de exercícios futuros		3.220	3.287
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	2.731	-	Patrimônio líquido	17	283.807	259.541
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.731	-	Capital		164.088	164.088
Títulos e valores mobiliários	6	51.148	26.985	De domiciliados no País		164.088	164.088
Carteira própria		40.279	26.985	Ajustes de avaliação patrimonial		(52)	(1)
Vinculados à prestação de garantias		10.869	-	Reserva de lucros		115.431	94.507
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	20.432	-	Participação de não controladores		4.340	947
Operações de crédito	8	484.562	416.055				
Sector privado		521.732	389.738				
Operações de crédito vinculadas a cessão		-	76.203				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(37.170)	(49.886)				
Operações de arrendamento mercantil	9	(689)	(1.352)				
Arrendamento mercantil a receber - sector privado		2.047	4.727				
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(2.047)	(4.727)				
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(689)	(1.352)				
Outros créditos	10	155.141	163.004				
Diversos		155.141	163.004				
Outros valores e bens	11b	15.784	52.753				
Despesas antecipadas		15.784	52.753				
Permanente		30.608	35.983				
Imobilizado de arrendamento	12	28.158	33.454				
Bens arrendados		26.769	31.773				
Superveniência de depreciação		10.387	12.053				
(Depreciação acumulada)		(8.998)	(10.372)				
Imobilizado de uso		2.450	2.529				
Outras imobilizações de uso		8.210	7.726				
(Depreciação acumulada)		(5.760)	(5.197)				
Total do ativo		2.579.481	2.331.658	Total do passivo		2.579.481	2.331.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre	Exercícios	
		2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		785.874	1.492.380	1.078.684
Operações de crédito	8f	766.199	1.440.659	1.032.909
Operações de arrendamento mercantil		1.862	4.228	3.957
Resultado de operações com títulos e valores mob	6b	11.007	30.350	29.253
Resultado com instrumentos financeiros derivativ	7b	6.806	17.143	12.565
Despesas da intermediação financeira		(251.049)	(559.574)	(560.311)
Operações de captação no mercado	13b	(111.866)	(265.117)	(328.593)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(1)	(388)	(1.331)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8g	(139.182)	(294.069)	(230.387)
Resultado bruto da intermediação financeira		534.825	932.806	518.373
Outras receitas (despesas) operacionais		(481.306)	(846.093)	(495.063)
Receitas de prestação de serviços	18	47.488	94.732	104.047
Despesas de pessoal	19	(32.420)	(58.506)	(37.863)
Outras despesas administrativas	20	(214.680)	(397.587)	(340.929)
Despesas tributárias	21	(23.407)	(43.636)	(34.900)
Resultado de participações societárias		(746)	(711)	(950)
Outras receitas operacionais	22	9.672	25.559	30.527
Outras despesas operacionais	23	(267.213)	(465.944)	(214.995)
Resultado operacional		53.519	86.713	23.310
Resultado não operacional		110	(289)	(419)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		53.629	86.424	22.891
Imposto de renda e contribuição social		(19.298)	(20.018)	2.460
Provisão para imposto de renda		(4.328)	(8.183)	(5.680)
Provisão para contribuição social		(1.753)	(3.691)	(2.799)
Ativo fiscal diferido		(13.217)	(8.144)	10.939
Lucro líquido do exercício		34.331	66.406	25.351
Resultado atribuído para:				
Controlador		26.703	55.664	19.137
Não controlador		7.628	10.742	6.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Rerserva			Avaliação Patrimonial	Participação de não Controladores	Lucros acumulados	Total
	Capital	Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	222.718	2.263	32.435	26	158	-	257.600
Ajuste de períodos anteriores	(53.630)	657	46.801	-	-	-	(6.172)
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda	-	-	-	(27)	-	-	(27)
Aumento de Capital AGE	(5.000)	-	-	-	-	-	(5.000)
Lucro do exercício - controlador	-	-	-	-	-	19.137	19.137
Prejuízo do exercício - não controladora	-	-	-	-	789	6.214	7.003
Distribuição de dividendos:	-	-	(13.000)	-	-	-	(13.000)
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	1.268	-	-	-	(1.268)	-
Reserva de lucros	-	-	24.083	-	-	(24.083)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	164.088	4.188	90.319	(1)	947	-	259.541
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	(51)	-	-	(51)
Aumento/ (redução) de Capital AGE	-	-	-	-	(9.800)	-	(9.800)
Lucro do exercício - controlador	-	-	-	-	-	55.664	55.664
Lucro do exercício - não controladora	-	-	-	-	711	10.742	11.453
Reserva de lucros - participação de não controladores	-	1.598	(3.339)	-	1.741	-	-
Distribuição de dividendos:	-	-	(33.000)	-	-	-	(33.000)
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	2.783	-	-	537	(3.320)	-
Reserva de lucros	-	-	52.881	-	10.205	(63.086)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	164.088	8.569	106.861	(52)	4.341	-	283.807
Saldos em 30 de junho 2017	164.088	5.792	102.935	(7)	5.766	-	278.574
Aumento/(Redução) de Capital AGE	-	-	-	-	(9.800)	-	(9.800)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	(45)	-	-	(45)
Lucro do semestre - controlador	-	-	-	-	-	26.703	26.703
Lucro do semestre - não controladora	-	-	-	-	747	7.628	8.375
Reserva de lucros - participação de não controladores	-	1.442	(1.442)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos:	-	-	(20.000)	-	-	-	(20.000)
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	1.335	-	-	381	(1.717)	-
Reserva de lucros	-	-	25.368	-	7.247	(32.614)	-
Saldos em 31 de dezembro 2017	164.088	8.569	106.861	(52)	4.341	-	283.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Atividades operacionais			
Lucro/ prejuízo líquido do semestre/ exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	53.629	86.424	22.891
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	139.182	294.069	230.387
Depreciação	289	565	485
Provisão de passivos contingentes	1.771	5.351	4.139
Perda de imobilizado	-	-	20
Lucro de imobilizado de arrendamento	-	-	(1.544)
Perdas em outros valores e bens	-	551	1.712
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.081)	(11.874)	(8.479)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.217)	(8.144)	10.939
Ajuste MTM de títulos e valores mobiliários	(45)	(51)	(27)
Ajuste reserva de lucros - participação de não controladores	(7.627)	(12.482)	(6.172)
Insuficiência/ Superveniência de depreciação	1.494	1.667	(5.101)
Lucro líquido ajustado	169.395	356.076	249.250
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(93.790)	(503.793)	208.052
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(105)	(2.731)	5.285
Títulos e valores mobiliários	(12.711)	33.032	102.787
Instrumentos financeiros derivativos	(9.104)	(20.432)	10.027
Relações Interfinanceiras	31	-	-
Operações de crédito	(96.250)	(502.780)	119.510
Operações de arrendamento	148	386	320
Outros créditos	1.717	(59.047)	(76.078)
Outros valores e bens	22.484	47.779	46.201
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	(222.032)	218.206	(368.501)
Depósitos	62.107	157.575	25.140
Recursos de aceites cambiais	(330.492)	(27.104)	242.110
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(100.814)
Outras obrigações	47.155	87.802	(536.808)
Resultado de exercícios futuros	(802)	(67)	1.871
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	(146.427)	70.489	88.801
Atividades de investimento			
Imobilizado de uso	(321)	(486)	(191)
Imobilizado de arrendamento	(613)	3.629	(9.879)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(934)	3.143	(10.070)
Atividades de financiamento			
Redução de capital	-	-	(5.000)
Distribuição de dividendos	(20.000)	(33.000)	(13.000)
Participação de não controladores no patrimônio	(1.426)	3.393	789
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(21.426)	(29.607)	(17.211)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(168.787)	44.025	61.520
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/ exercícios	383.520	170.708	109.188
No fim do semestre/ exercícios	214.733	214.733	170.708
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(168.787)	44.025	61.520
	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

2 Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial

As Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as Demonstrações financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas Demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foram destacadas a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

	Atividades	31 de Dezembro/2017 Participação Total
Instituições Financeiras		
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador
Omni S.A. Arrendamento Mercantil (1)	Arrendamento	100,00%
Omni Banco S/A (1)	Banco	100,00%
Securitizadora		
Multibens - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	100,00%
Omni - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (1)	Securitizadora	100,00%
Fundos de Investimentos		
Ourinvest Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos II	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos X	Fundo e Investimento	100,00%
Outras		
Agility Gestão e Cobrança Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%
Omni Informática Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%

(1) Empresas consolidadas em consonância com a Resolução no 2.723/00 do CMN e Instrução CVM no 247/96.

As Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 12 de abril de 2018.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro rata*” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Estimativas contábeis

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “*hedge*”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “*hedge*”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

O montante de diferenciais a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro rata*” dia até a data do balanço.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) Não cancelamento;
- (b) opção de compra; e
- (c) atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:
 - **Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
 - **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.

- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40 % da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada a débito da despesa de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do exercício de 2017 uma insuficiência de depreciação no valor de R\$ 1.666 (superveniência R\$ 5.678 em 2016). O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 10.387 (R\$ 12.053 em 2016) resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 2.597 (R\$ 3.014 em 2016). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.
- **Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros Créditos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outras Obrigações”.

Outros valores e bens

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito são apropriadas pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

Permanente

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período.

Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

Empréstimos e repasses no exterior

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos de juros e da variação cambial até a data dos balanços.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, o percentual utilizado de 01 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015 foi de 15%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4 Composição de caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2º Semestre</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
No início do exercício	383.520	170.708	109.188
Disponibilidades	2.542	6.616	12.217
Aplicações no mercado aberto	380.978	158.080	94.561
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	6.012	2.410
No final do exercício	214.733	214.733	170.708
Disponibilidades	6.161	6.161	6.616
Aplicações no mercado aberto	208.572	208.572	158.080
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	6.012
Redução/ Aumento líquido de caixa e equivalentes	(168.787)	44.025	61.520

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Concentração por tipo e prazo de vencimento

	<u>2017</u>			<u>2016</u>
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada				
Letras Financeiras Tesouro - LFT	8.549	-	8.549	142.072
Letras do Tesouro Nacional - LTN	126.534	-	126.534	16.008
Notas do Tesouro Nacional –NTN – B	73.489	-	73.489	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	2.731	2.731	6.012
Total	<u>208.572</u>	<u>2.731</u>	<u>211.303</u>	<u>164.092</u>

6 Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	<u>2017</u>				<u>2016</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor custo atualizado</u>	<u>Valor custo atualizado</u>
Notas do Tesouro Nacional –NTN B			-	-	-	-
Letra financeira do tesouro – LFT	585	23.667	27.481	51.733	51.733	27.517
Quotas de fundos de investimento	4.368		-	4.368	4.368	61.513
Certificado de depósitos bancários-CDB			-	-	-	103
Total	<u>4.953</u>	<u>23.667</u>	<u>27.481</u>	<u>56.101</u>	<u>56.101</u>	<u>89.133</u>

Em 31 de dezembro de 2017 as quotas de fundos de investimento, os títulos públicos federais e os títulos de capitalização estavam registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

O critério utilizado para marcação a mercado das aplicações em cotas de fundo de investimento é baseado no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo e o valor de mercado das letras financeiras do tesouro e das notas do tesouro nacional é apurado com base nos preços dos ativos negociados no mercado secundário, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada pelos administradores dos fundos e os ajustes decorrentes da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrado na carteira dos fundos e estão classificados no grupo de “Outros créditos”, nota explicativa nº 10. As letras financeiras do tesouro e as notas do tesouro nacional são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira - Selic.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre		
	2017	2017	2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	10.098	27.273	13.753
Rendas de aplicação em CDB	3	8	2.149
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	395	1.615	6.317
Resultado de aplicação em NTN - notas do tesouro nacional	-	-	518
Resultado de aplicação em LTN - letras do tesouro nacional	-	-	363
Resultado de aplicação em LFT - letras financeiras do tesouro	586	1.600	6.287
Prejuízo com títulos de capitalização	(75)	(146)	(134)
Total	11.007	30.350	29.253

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

a. Posição das operações:

Operações de futuro:

	2017			2016		
	Valor de principal		Ajuste	Valor de principal		Ajuste
	Posição vendida	Total	Diário	Posição vendida	Total	Diário
Mercado futuro (*)						
DI	645.559	645.559	(376)	-	-	-
DOL	332	332	1	326	326	3
	Posição comprada		Ajuste	Posição comprada		Ajuste
	Total	Diário	Total	Total	Diário	Diário
Mercado futuro (*) (¹)						
DI	707.869	707.869	66	-	-	-

(*)Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de variação cambial e taxas.

(¹) Hedge referente descasamento de taxa de juros de financiamento pré e captação pós, no montante de R\$ 756.500.

Em 27 de janeiro e 10 de março de 2017, a Omni adquiriu carteira de crédito de instituição financeira não ligada no montante de R\$ 501.575. Com o objetivo de minimizar as possíveis perdas relativas à carteira adquirida, celebrou um Contrato de Opção de Venda de Direitos

Creditórios e Outras Avenças, que garante a opção de venda de R\$ 50 milhões dos Direitos Creditório Inadimplentes corrigidos pela Selic em 28 de fevereiro de 2019, que excederem o valor da Perda Esperada.

Para a apuração do valor de mercado do derivativo, fez-se uma avaliação da probabilidade de realização do exercício da opção, baseando-se no comportamento histórico da carteira adquirida, métodos estatísticos e simulação de Monte Carlo.

	2017			2016	
	Valor Referencial	Valor Custo Total	Resultado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Operações de Opções					
Opção de Venda de Direitos Creditórios	50.000	1.000	19.432	20.432	-
Total	50.000	1.000	19.432	20.432	-

b. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os valores de receitas e despesas líquidas, registradas nos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Contratos futuros DOL	9	18	(6.798)
Contratos futuros DI	(2.307)	(2.307)	21.972
Prêmio de Opções	9.104	19.432	(2.609)
Total	6.806	17.143	12.565

Os contratos futuros de DOL e DI são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas reconhecidas diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

c. Instrumentos financeiros derivativos - Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na [B]³ com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 11.454 (R\$ 532 em 2016).

8 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição das operações de créditos e títulos e créditos a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos - Setor privado	227.672	192.778
Operações de crédito vinculadas a cessão – empréstimos (i)	183	14.985
Financiamentos - Setor privado	1.711.529	1.232.606
Operações de crédito vinculadas a cessão – financiamentos (i)	1.687	311.111
Outros empréstimos - cartão de crédito	60.547	50.131
Outros financiamentos - cartão de crédito	14.020	15.940
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	79.025	40.037
Total	<u>2.094.663</u>	<u>1.857.588</u>

- (i) Operações registradas de acordo com a Res.3533, durante o exercício foram encerrados os seguintes fundos: FIDC X e FIDC NP.

b. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por tipo de cliente e atividade econômica

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Industria	7	42
Comércio	261	452
Outros serviços	24.410	27.738
Pessoas físicas	2.069.985	1.829.356
Total	<u>2.094.663</u>	<u>1.857.588</u>

c. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por vencimento, considerando as parcelas dos contratos.

Faixas de vencimento	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	288.948	268.649
Créditos a vencer		
Até 3 meses	521.384	441.352
3 a 12 meses	762.599	681.646
1 a 3 anos	492.193	448.897
3 a 5 anos	29.539	17.044
Total	<u>2.094.663</u>	<u>1.857.588</u>

d. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 do CMN

2017					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	708.586	27.227	735.813	0,5	3.679
B	572.584	25.892	598.476	1	5.985
C	223.588	14.230	237.818	3	7.134
D	120.314	10.746	131.060	10	13.106
E	67.634	88	67.722	30	20.316
F	47.532	57	47.589	50	23.794
G	42.793	57	42.850	70	29.995
H	232.607	728	233.335	100	233.335
Total	2.015.638	79.025	2.094.663		337.344

2016					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	489.756	5.872	495.628	0,5	2.478
B	554.533	15.953	570.486	1	5.704
C	256.358	11.061	267.419	3	8.022
D	111.711	6.720	118.431	10	11.843
E	70.200	57	70.257	30	21.077
F	49.690	39	49.729	50	24.865
G	42.710	40	42.750	70	29.924
H	242.593	295	242.888	100	242.888
Total	1.817.551	40.037	1.857.588		346.801

(i) Contempla o saldo de cartão de crédito.

e. Aquisição de carteiras

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificadas como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, conforme demonstrado abaixo:

	2017		
	Carteira de crédito Ativa	Carteira de crédito não performada	Total Adquirido
Valor principal carteira adquirida	593.103	809.097	1.402.200
(-) Provisões para devedores duvidosos	-	809.097	921.940
Valor contábil da carteira adquirida	480.260	-	480.260
Custo nas aquisições das carteiras	480.260	24.148	504.408
Montante pago nas aquisições	480.260	24.148	504.408

	2016		
	Carteira de crédito Ativa	Carteira de crédito não performada	Total Adquirido
Valor principal carteira adquirida	834.546	1.919.816	2.754.362
(-) Provisões para devedores duvidosos	-	1.919.816	2.754.362
Valor contábil da carteira adquirida	-	-	-
Custo nas aquisições das carteiras	42.521	81.266	123.787
Deságio nas aquisições das carteiras	-	-	-
Montante pago nas aquisições	42.521	81.266	123.787

Movimentação deságio e custo

	2017	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	7.422	230.705
(+) Novas aquisições	-	24.148
(-) Realização/ amortização 2017	-	84.018
Total em 31 de dezembro de 2017	1.739	170.835

	2016	
	Realização deságio	Amortização custo
Valores Iniciais	20.273	160.960
(+) Novas aquisições	-	123.787
(-) Realização/ amortização 2016	-	54.042
Total em 31 de dezembro de 2016	7.422	230.705

f. Resultado das operações de crédito

	2º Semestre		
	2017	2017	2016
Rendas de empréstimos	68.269	120.758	83.985
Rendas de financiamentos	359.613	702.899	419.652
Rendas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	7.632	29.914	226.844
Resultado na cessão de operações de crédito (ii)	-	(3.857)	(962)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	316.534	569.419	281.744
Outras rendas de cartão de crédito	14.151	21.526	21.646
Total	766.199	1.440.659	1.032.909

(i) Refere-se ao resultado com operações de crédito vinculadas a cessão de acordo com a Resolução nº 3.533.

(ii) Refere-se ao resultado com operações de créditos cedidos antes da Resolução nº 3.533.

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2 ° Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Saldo no início do semestre/ exercícios	451.909	346.801	1.312.756
Constituição (i)	147.793	441.447	1.159.648
Reversão (ii)	(4.179)	(6.737)	(51.755)
Baixados para prejuízo	(258.179)	(444.167)	(2.073.848)
Saldo no fim do semestre/ exercícios	337.344	337.344	346.801
(-) PCLD/(+) Reversão relativo a Omni Arrendamento Mercantil	(348)	(1.120)	1.854
(-) PCLD/(+) Reversão relativo a Multibens	4.055	4.621	(1.969)
(-) PCLD relativo a Omni Securitizadora	(913)	(1.226)	-
Total de Provisões registradas em outras rubricas (iii)	2.794	2.275	(115)

(i) A PCLD constituída no exercício está representada pelas operações originadas das carteiras adquiridas no valor de R\$ 117.818 (R\$ 834.546 em 2016) (nota 8e), pelo saldo de PCLD relativo ao Banco Pecúnia em maio/2017 no montante de R\$ 1.890, o qual não transitou no resultado e pela provisão da PCLD em curso normal no valor de R\$ 321.739 (R\$ 316.765 em 2016).

(ii) A reversão da PCLD no montante de R\$ 25.775 (R\$ 126.135 em 2016), foi impactada pela baixa dos créditos para prejuízo nos Fundos de Investimentos Direitos Creditórios, pela recompra de créditos vencidos há mais de 360 dias e pela baixa de recebimento de parcelas em prejuízo no montante de R\$ 19.038 (R\$ 84.125 em 2016).

(iii) Adicionalmente a linha de PCLD está representada pelas provisões de operações originadas das empresas Omni Arrendamento Mercantil no montante de (R\$ 1.120) (reversão de R\$ 1.854 em 2016) registrada na rubrica "Operações de Arrendamento Mercantil", pelas operações originadas da empresa Multibens no montante de R\$ 4.621 (R\$ 1.969 em 2016) e pelas operações da empresa Omni Securitizadora no montante de (R\$ 1.226) (R\$ 0 em 2016), registradas na rubrica "Outros Créditos Diversos" e a provisão do saldo dos FIDCs no valor de R\$ 380 (R\$ 31.535 em 2016).

9 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

a) Composição da carteira de arrendamento

	2017	2016
Arrendamento a receber - setor privado	4.875	9.130
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(4.715)	(8.860)
Imobilizado de arrendamento	28.158	33.454
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(15.796)	(15.366)
Valor presente da carteira de arrendamento mercantil	12.522	18.358

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Res. 2.682/99. No saldo findo em 31 de dezembro de 2017 o grupo de arrendamento mercantil a receber ficou com o saldo credor em decorrência da provisão constituída e do valor residual antecipado.

b) Classificação por atividade

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comércio	1.042	1.081
Serviços	4.082	5.573
Pessoas Físicas	6.562	11.704
Indústria	836	-
Total	<u>12.522</u>	<u>18.358</u>

c) Diversificação por prazo Setor privado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vencidos a partir de 15 dias	1.298	1.047
A vencer até 90 dias	1.941	2.672
A vencer de 3 meses a 1 ano	5.139	6.672
A vencer de 1 a 5 anos	4.144	7.967
	<u>12.522</u>	<u>18.358</u>

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

d. Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99 em 31 de dezembro de 2016, estavam assim distribuídos.

- **Movimentação da provisão**

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo Inicial	2.215	1.957	1.597
Constituição	427	1.198	2.176
Reversão	(78)	(78)	(322)
Baixados para prejuízo	(331)	(844)	(1.494)
Saldo final	<u>2.233</u>	<u>2.233</u>	<u>1.957</u>

• **Composição por níveis de risco**

Nível de risco	2017		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	3.574	0,5%	18
B	3.867	1,0%	39
C	986	3,0%	30
D	749	10,0%	75
E	1.108	30,0%	332
F	978	50,0%	489
G	33	70,0%	23
H	1.227	100,0%	1.227
	12.522		2.233

Nível de risco	2016		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	3.894	0,5%	19
B	6.717	1,0%	67
C	3.876	3,0%	117
D	1.277	10,0%	128
E	786	30,0%	236
F	782	50,0%	391
G	90	70,0%	63
H	936	100,0%	936
	18.358		1.957

e. Renegociação

Durante os exercícios foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 902.843 (R\$ 586.438 em 2016).

10 Outros créditos - Diversos

	2017	2016
Rendas a receber	963	2.744
Adiantamentos diversos	3.681	2.907
Créditos tributários de impostos e contribuições	180.154	180.908
Devedores por depósitos em garantia (i)	53.954	6.112
Impostos e contribuições a compensar (ii)	11.547	5.866
Títulos e créditos a receber (iii)	79.025	40.037
Devedores diversos - país (iv)	210.364	240.905
Devedores diversos - exterior	331	326
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	(2.719)	(1.552)
Total	537.300	478.253

- (i) Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais, tivemos ingresso de saldo neste grupo, relativo a aquisição do Omni Banco S/A no montante de R\$ 44.345 em Junho/2017.
- (ii) Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.
- (iii) Representados por valores a receber de clientes da operação de cartão de crédito a vencer.
- (iv) Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos.

11 Outros valores e bens

a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2017 seus saldos totalizavam R\$ 3.206 (R\$ 2.460 em 2016).

b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comissão sobre colocação dos FIDC's	-	3.361
Comissão sobre colocação LC	5.555	10.319
Custos de originação de operações de crédito	17.894	50.772
Consultoria estratégica	11.565	19.920
Outras	416	134
Total	<u>35.430</u>	<u>84.506</u>

Conforme circular 3.693/2013 do Bacen, as comissões pagas pela originação das operações de créditos, ocorridas em 2016 são reconhecidas a resultado 1/3 e 2/3 respectivamente no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses.

12 Imobilizado de arrendamento

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Veículos e afins	3.410	7.835
Máquinas e equipamentos	23.359	23.938
Subtotal	<u>26.769</u>	<u>31.773</u>
Superveniência de depreciação	10.387	12.053
Depreciações acumuladas	(8.998)	(10.372)
Subtotal	<u>1.389</u>	<u>1.681</u>
Total	<u>28.158</u>	<u>33.454</u>

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

13 Obrigações

a. Abertura por prazo de vencimento

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total 2017	Total 2016
Depósitos à vista	8						8	-
Depósitos interfinanceiros	-						-	3.468
Depósitos a prazo	43.253	198.898	82.225	15.754	317.400	12.792	670.322	509.287
Recursos de aceites cambiais – letras de câmbio	205.339	444.373	383.416	42.574	26.590	26.603	1.128.895	1.155.999
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	-	-	103.828	103.828	91.307
Total	248.600	643.271	465.641	58.328	343.990	143.223	1.903.053	1.760.061

b. Despesas com operações de captação do mercado

	2. Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Depósitos interfinanceiros	(54)	(609)	(2.652)
Depósitos a prazo	(32.045)	(77.619)	(95.073)
Despesas de operações compromissadas	(5)	(41)	(44)
Recursos de aceites cambiais	(76.762)	(175.686)	(160.648)
Custo cota sênior	(1.352)	(7.671)	(63.598)
Debêntures	-	-	(3.641)
Outras despesas de captação	(1.648)	(3.491)	(2.937)
Total	(111.866)	(265.117)	(328.593)

14 Outras obrigações - diversas

	2017	2016
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	65	2.045
Provisão para pagamentos a efetuar	14.153	6.546
Provisão para passivos contingentes (ii)	90.777	21.727
Credores diversos - país:		
Comissões a pagar (iii)	5.562	4.301
Credores a repassar (iv)	110.672	5.034
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa (v)	78.933	43.789
Outras contas a pagar	10.790	14.576
Outras obrigações	12.705	11.597
Total	323.657	109.615

- (i) Refere-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Res. nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato.
- (ii) A provisão para passivos contingentes está representada por ações cíveis e trabalhistas (Nota explicativa nº 15).
- (iii) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.

- (iv) Composto, substancialmente, pelo saldo a pagar para não ligadas, referente a carteiras Instituições Financeiras adquiridas no exercício. O saldo deverá ser liquidado em 28 de fevereiro de 2019, com juros compostos acumulados calculados pela taxa Selic.
- (v) Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões “private-label”, referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

15 Provisão para passivos contingentes

a. Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

Movimentação das provisões

	2017			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2017
Ações fiscais	45.932	3.064	-	48.996
Ações trabalhistas e cíveis (i)	39.494	19.639	(17.352)	41.781
Total	85.426	22.703	(17.352)	90.777
	2016			
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2016
Ações trabalhistas e cíveis (i)	17.588	13.135	(8.996)	21.727
Total	17.588	13.135	(8.996)	21.727

c.

- (i) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

16 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	163.449	163.449	22.891	22.891
Adições	924.156	922.490	384.111	384.111
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	325.378	325.378	325.788	325.788
Provisão para perdas outros valores e bens	670	670	244	244
Provisão para contingências	22.710	22.710	13.538	13.538
Provisões Operacionais	12.201	12.201	24.467	24.467
Provisões Participação no resultado	3.357	3.357	2.900	2.900
Deságio na aquisição de carteiras	-	-	-	-
Recuperação de prejuízo fiscal	30.461	30.461	16.061	16.061
Participação em controladas/ligadas	2.075	2.075	5.651	5.651
Despesas não dedutíveis	2.111	2.111	597	597
Recuperação na Cessão de Crédito	262	262	-	-
Recebimentos Carteiras Adquiridas	461.221	461.221	-	-
Outras Adições	3.931	3.931	299.820	299.820
Adição Temporária - Insuficiência Depreciação	1.666	-	-	-
Perda Fiscal tomada Anteriormente	56.919	56.919	-	-
Resultado CTTS Securitizados Após Nov/2015	1.194	1.194	-	-
Exclusões	(1.021.605)	(1.021.605)	(323.563)	(323.563)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(98.377)	(98.377)	(133.093)	(133.093)
Reversão de provisão para perdas outros valores e bens	(233)	(233)	(1.090)	(1.090)
Reversão de Provisões Operacionais	(8.614)	(8.614)	(28.170)	(28.170)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(567.987)	(567.987)	(281.633)	(281.633)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa – Lei nº 9.430	(254.265)	(254.265)	(214.129)	(214.129)
Reversão de provisão para contingências	(17.372)	(17.372)	(9.400)	(9.400)
Reversão de provisão de participação no resultado	(6.456)	(6.456)	(700)	(700)
Perdas na Cessão de Crédito	(4.185)	(4.185)	(4.971)	(4.971)
Participação em controladas/ligadas	(40.575)	(40.575)	(26.498)	(26.498)
Outras Exclusões	(23.541)	(23.541)	(181)	(181)
Superveniência Depreciação	-	-	(5.678)	-
Impostos correntes	(8.183)	(3.691)	(5.680)	(2.799)
Ativo fiscal diferido	(3.126)	(5.018)	5.964	4.975

a. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

- Omni Crédito, Financiamento e Investimento S/A:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	9.525	9.525	11.340	11.340
Adições temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	351.814	351.814	350.816	350.816
Provisão para perdas outros valores e bens	1.292	1.292	856	856
Provisões para contingências	26.510	26.510	21.727	21.727
Variação Cambial - Prêmio de Opções	2.088	2.088	2.088	2.088
Demais Provisões Temporárias	7.122	7.122	6.210	6.210
Total das diferenças temporárias	398.351	398.351	393.037	393.037
Total do crédito tributário	99.588	76.283	98.259	78.603

- Omni Arrendamento Mercantil S/A:

Descrição	dez/16			dez/17	
	Saldo		Realizações	Constituições	Saldo
	Inicial				final
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	954	(20)	300	1.234	
Prejuízo fiscal	2.329	(316)	15	2.028	
Subtotal	3.283	(336)	315	3.262	
CSLL					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	763	(56)	279	986	
Subtotal	763	(56)	279	986	
Total	4.046	(392)	594	4.248	

b. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

- Omni Crédito, Financiamento e Investimento S/A:

Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Diferenças temporárias

	%	Diferenças temporárias					Total
		2018	2019	2020	2021	2022	
IRPJ	66,23%	65.957	30.494	1.723	737	677	99.588
CSLL		50.522	23.358	1.320	564	519	76.283
Valor em 31/12/2017		116.479	53.852	3.043	1.301	1.196	175.871
Valor Presente		108.859	47.036	2.484	993	853	160.225

Em 31 de dezembro de 2017 os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 160.225 considerando-se a taxa Selic de 7% ao ano.

- Omni Arrendamento Mercantil S/A:

Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização:

		Expectativa de Realização					
%		2018	2019	2020	2021	2022	Total
IRPJ		15,06%	19,59%	21,03%	21,26%	23,06%	100,00%
CSLL		491	639	686	693	752	3.261
		149	193	208	210	228	987
Valor em 31/12/2017		640	832	893	903	980	4.248
Valor Presente		598	727	729	689	698	3.441

Com base na taxa SELIC 7% projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente apresentam montante de aproximadamente de R\$ 3.441.

c. Movimentação dos créditos tributários

	Saldos em 31/12/16	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/17
Prejuízos fiscais/Base Negativa CSLL	5.098	1.622	(2.459)	4.261
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	157.867	142.544	(145.458)	154.953
Provisão para perdas outros valores e bens	385	300	(103)	582
Provisões para contingências	9.777	2.525	(372)	11.930
Variação Cambial - Prêmio Opções	940	-	-	940
Demais provisões temporárias	2.795	4.362	(3.952)	3.205
Total dos créditos tributários	176.862	151.353	(152.344)	175.871

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social é de R\$ 164.088 (R\$ 164.088 em 2016) e está representado por 211.672.663 (211.672.663 em 2016) ações, sendo 186.862.543 ON (186.862.543 em 2016) e 24.810.120 PN (24.810.120 em 2016), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

18 Receita de Serviços

	2. Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Receita de avaliação e cadastro	14.717	34.863	57.761
Anuidade cartão de crédito	10.776	20.505	16.569
Comissão sobre compras cartão	5.790	9.575	8.374
Intermediação de seguros	5.138	8.387	3.613
Outras receitas	11.067	21.402	17.730
	47.488	94.732	104.047

19 Despesa de pessoal

	2. Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Remuneração	(14.931)	(27.955)	(21.123)
Encargos	(5.051)	(9.862)	(6.990)
Benefícios	(4.478)	(7.990)	(5.905)
Treinamento	(347)	(798)	(121)
Provisão/ (reversão) de PPR	(7.613)	(11.901)	(3.724)
	(32.420)	(58.506)	(37.863)

20 Outras despesas administrativas

	2. Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Despesas de aluguéis	(2.825)	(5.707)	(5.791)
Comunicações	(4.684)	(9.052)	(6.159)
Processamento de dados	(7.859)	(12.825)	(11.227)
Promoções e relações públicas	(2.588)	(2.932)	(438)
Propaganda e publicidade	(34)	(160)	(220)
Seguros	(30)	(54)	(40)
Serviços do sistema financeiro	(9.873)	(18.232)	(15.007)
Serviços de terceiros (i)	(159.677)	(292.564)	(237.268)
Serviços técnicos especializados (ii)	(1.906)	(7.350)	(11.456)
Despesa de transporte	(608)	(1.108)	(768)
Despesa com despachante	(650)	(1.066)	(1.009)
Emolumentos judiciais e cartorários	(11.012)	(23.591)	(28.255)
Taxas e notificações	(8.019)	(12.872)	(4.740)
Juros e encargos adesão refis	(1.111)	(3.145)	(6.006)
Outras despesas administrativas	(3.804)	(6.929)	(12.545)
	(214.680)	(397.587)	(340.929)

(i) Composto, substancialmente, por comissões.

(ii) Composto, substancialmente, por gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

21 Despesas tributárias

	2. Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Despesa com COFINS	(16.812)	(31.393)	(23.546)
Despesa com ISS	(3.664)	(6.838)	(7.248)
Despesa com PIS	(2.802)	(5.221)	(3.916)
Outras	(129)	(184)	(190)
	(23.407)	(43.636)	(34.900)

22 Outras receitas operacionais

	2. Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.936	4.118	3.917
Atualização de impostos à compensar	200	342	1.048
Ações com perdas e danos	2.397	3.562	-
Reversão de provisões operacionais	-	11	9.398
Desagio na aquisição de carteira	2.182	5.683	12.850
Outras rendas operacionais	2.957	11.843	3.314
	9.672	25.559	30.527

23 Outras despesas operacionais

	2. Semestre	Exercícios	
	2017	2017	2016
Descontos concedidos	(198.468)	(335.582)	(132.183)
Perdas em ações de perdas e danos	(12.511)	(23.514)	(18.991)
Perdas com fraudes	(217)	(413)	(459)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(3.924)	(5.107)	(2.645)
Custo na aquisição de carteiras	(44.390)	(87.229)	(55.025)
Outras despesas operacionais	(7.703)	(14.099)	(5.692)
	(267.213)	(465.944)	(214.995)

24 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 5.973 (R\$ 4.311 em 2016).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b. Saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 336.915 (R\$ 324.587 em 2016), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% à 148% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

25 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

	2017	2016
Patrimônio de referência	382.604	347.790
Patrimônio de referência nível I	382.604	347.790
Capital Principal - CP	278.776	256.483
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	103.828	91.307
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	382.604	347.790
Patrimônio de referência (a)	382.604	347.790
RWACpad - crédito	166.347	166.654
RWAMpad - PCam	47	0
RWAOpad - operacional	77.950	60.868
Patrimônio de referência exigido (b)	244.414	227.522
Margem (a- b)	138.190	120.268
Rban - Juros carteira não negociável (c)	12.761	19.895
Margem (a- c)	369.842	327.895
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (d)	2.641.556	2.304.022
Índice de Basileia (a/d)	14,48%	15,09%

(i) A partir de 1º de outubro de 2017, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 9,25% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

(ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basileia aplica-se às instituições integrantes do conglomerado prudencial.

26 Outras informações

a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito

O Conglomerado Econômico Financeiro da Omni, atendendo às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional N°s 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 e suas alterações, possui estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacional, Mercado e Crédito, respectivamente, segregada das áreas de negócio e auditoria interna, bem como estão capacitadas a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

Todas as estruturas de Gerenciamento de Riscos são direcionadas para avaliação dos riscos de todas as linhas de negócio do seu Conglomerado Econômico Financeiro, bem como todos os produtos oferecidos, pautadas em políticas e procedimentos documentados.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, a OMNI adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme disposições do Art. 5º da Circular n.º 3.383, de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, sendo que o Conglomerado possui estrutura de capital suficientemente robusto para comportar sem maiores dificuldades a incorporação desta metodologia.

Um melhor detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos e está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.omni.com.br (não auditado).

b. Eventos subsequentes

A administração da Instituição declara que não tem mais nenhum conhecimento de eventos subsequentes que tenham efeitos relevantes nas informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0